

A Câmara de Vereadores e sua história

Antonio
Oswaldo Storel



É coordenador do CNLB Diocese de Piracicaba
vadicostorel@gmail.com

Rebuscando dados sobre a história da Câmara de Vereadores de Piracicaba, encontramos fatos que a maioria dos cidadãos e cidadãs da modernidade desconhecem. Daqueles que passaram por aquela Casa de Leis, eleitos pelo povo, nas décadas de 50, 60, 70, poucos ainda se encontram no nosso meio para contar de viva voz, os acontecimentos que testemunharam.

Por exemplo, na legislatura de 1964 a 1969, época marcada pelo início da ditadura militar no país, a Câmara tinha entre seus 21 legisladores, dois edis que talvez tenham sido os vereadores mais jovens que passaram por ela: José Luiz Guidotti assumia o cargo com 22 anos de idade e Waldemar Romano, com 23 anos. Ressalte-se que nessa época o exercício do cargo era considerado serviço relevante prestado à comunidade, sem nenhum tipo de ajuda ou subsídio. A Câmara contava com apenas quatro funcionários (o secretário, o contabilista, a escriturária e o servente) e não possuía veículo à disposição dos vereadores.

Mesmo assim ficaram alguns marcos importantes do trabalho daqueles vereadores para a vida do povo: por exemplo, o vereador Waldemar Romano (cirurgião dentista), conseguiu aprovar, em 1967, a lei que obrigou o Sema e a colocar flúor nas águas oferecidas à população, medida que viria beneficiar, de forma marcante, a saúde bucal dos cidadãos, principalmente as crianças. Ressalte-se que a referida lei só foi colocada em prática em 1971, através de uma decisão firme do então prefeito Cassio Pascoal Padovani, atendendo aos apelos e esclarecimentos da classe odontológica e dos clubes de serviço da cidade. A partir de então, a Faculdade de Odontologia de Piracicaba e os próprios profissionais da odontologia puderam comprovar a alta qualidade da dentição dos jovens e dos cidadãos.

Um outro fato importante: o vereador Rubens Leite do Canto Braga que exercia, nessa época, o primeiro de seus três mandatos (64-69, 69-73, 73-77), foi o autor da Lei que criou a Guar-

da Mirim de Piracicaba, hoje denominada Instituto Formar, que serviu de apoio para que muitos jovens da classe menos favorecida de nossa cidade pudessem galgar situação de destaque na sociedade, tornando-se cidadãos e cidadãs íntegros e ativos.

O mesmo vereador Rubens Braga conta que foi na legislatura de 73 a 77 que a Câmara começou a pagar subsídios aos vereadores, inclusive com verba de representação ao presidente para custear sua atribuição de representar condignamente o Legislativo sempre que isso fosse necessário. Mas ele informa também que não utilizava essa verba e a devolvia à prefeitura, sendo que na 2ª vez que assumiu a presidência, com a verba de representação, comprou o primeiro carro para a Câmara, um aero-willis preto.

Do ponto de vista político, essa foi uma época em que muitos acontecimentos extraordinários ocorreram, tanto no âmbito federal, como local. Na cidade, o falecimento do prefeito Luciano Guidotti durante o mandato, com o vice Nélcio Ferraz de Arruda assumindo. A eleição e posse do prefeito Salgot Castillon e sua cassação, pela Justiça Militar, assumindo o vice Cássio Pascoal Padovani. A morte de Cássio Padovani, tendo que assumir, então, o presidente da Câmara, Homero Paes de Athaide, que passara por uma eleição conturbada dentro do Legislativo e que atuou, como chefe do Executivo até o término do mandato em 31 de janeiro de 1973, quando assumiu o novo prefeito eleito, o jovem Adilson Maluf.

Chama a atenção de quem observa o peso dos nomes de alguns dos componentes da Câmara na Legislatura 73-77, como Waldir Martins Ferreira, engenheiro agrônomo; Rubens Leite do Canto Braga, professor de educação física; Ovídio Sátolo, advogado; Milton Nascimento, cirurgião dentista; Milton Camargo, professor; Luiz Antonio Rolim, advogado; João Issa Sallum, professor; Jairo Ribeiro de Mattos, professor da Esalq; Haldumont Nobre Ferraz, escritor/historiador; Frederico Alberto Blaw, advogado; Benedito Fernandes Faganello, engenheiro agrônomo; Antonio Messias Galdino, advogado; e Antonio Mendes de Barros Filho, contabilista/administrador, que junto aos demais, constituíam uma Câmara de muito respeito diante da população. Muitos deles ainda estão entre nós e pode-se ouvir deles, pessoalmente, algumas das muitas histórias que eles têm para contar sobre o nosso Legislativo.

